

Economia - Da Recessão, definição difícil para o governo

Otoni Fernandes Junior*

Será que o governo federal ainda tem o dom de definir quando começa e quando termina uma recessão no Brasil? Tem muita gente — empresários e sindicalistas — que ainda acredita nesta hipótese. Talvez por lembrarem dos tempos dos regimes autoritários, quando o avassalador poderio econômico do Estado e a ausência de liberdades permitiam que se ditassem as regras e o ritmo da economia. Muita coisa, porém, mudou de lá para cá.



De 1964 a 1985 os governos militares assumiram um controle sobre a economia sem precedentes em nossa história. Preços, salários, câmbio, oferta de crédito estavam rigidamente controlados pelo Ministério da Fazenda, cujo ministro tinha poderes para convocar empresários e ditar as regras do jogo. Até porque quase todo o empresariado dependia de créditos oficiais. Sem contar que praticamente todo o crédito oferecido pelos bancos privados estava contingenciado pelas autoridades federais.

Assim, quando era necessário esfriar a economia, bastava fechar as torneiras dos bancos oficiais, cortar os investimentos federais e das estatais e aumentar os controles monetários. O custo político e social dessa ação não chegava a incomodar, uma vez que a imprensa estava sob censura, a famigerada Lei de Segurança Nacional, e os aparatos repressivos continham

os movimentos reivindicatórios e de protesto, especialmente na década de 70. A retomada do crescimento, por sua vez, ocorria logo depois que o governo federal soltava o freio que travava a máquina econômica.

As coisas começaram a mudar a partir de 1985. Embora persistissem o gigantismo da máquina estatal e seu enorme poder de intervenção sobre a economia, faltavam os instrumentos autoritários para que se exercesse plenamente tal poderio. E já não existiam fartos créditos externos disponíveis. Pouco a pouco o poder econômico federal foi-se esgarçando.

Atualmente, a realidade mudou substantivamente. Houve um processo deliberado de diminuição do intervencionismo estatal, através da desregulamentação econômica, da privatização agora colocada em curso e da diminuição do tamanho da máquina pública. É certo que os instrumentos monetários e fiscais voltaram a ser eficazes e podem servir para sinalizar uma recessão, mas não são suficientes para determiná-la.

Ainda que o Estado seja capaz de dar a partida no processo recessivo, não dispõe de instrumentos para fazer com que a economia volte a crescer, pois faltam recursos para sustentar novos investimentos, sem comprometer o programa de estabilização econômica.

Assim, aumenta a responsabilidade dos empresários brasileiros, que, além de serem peças vitais para o controle inflacionário, terão papel essencial no processo de retomada do crescimento.

* Diretor deste jornal.